

# A PROFECIA E SEUS MEIOS DE PROPAGAÇÃO.

## *Prophecy and its means of propagation.*

*Franco Iacomini Júnior<sup>1</sup>  
Gelci André Colli<sup>2</sup>*

### RESUMO

Ao olhar para a figura do profeta, é comum encontrar deturpações de sua atividade. Nos relatos bíblicos, o profeta não é um adivinho, mas um indivíduo chamado por Deus para exercer uma atividade sob seu comando: anunciar a vontade de Deus e chamar o povo e as autoridades ao arrependimento diante de um pecado público. Este artigo se detém sobre a atividade profética e suas formas de proclamação: o anúncio oral e os atos proféticos, ações que serviam como analogia concreta em apoio ao que o profeta falava. Analisa ainda, brevemente, o ofício de Jesus como profeta, concluindo que a atividade profética do Antigo Testamento serviu como preparação para a vinda do Messias. Este foi o profeta por excelência, conforme anunciado por Moisés em Dt 18.15.

**Palavras-chave:** Teologia, profecia, Cristologia, Antigo Testamento, revelação.

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Linguagens (linha de pesquisa em Processos Mediáticos e Práticas Comunicacionais) pela Universidade Tuiuti do Paraná, com bolsa Capes/Prosup. Mestre em Teologia pela FABAPAR. Possui graduações em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (1992) e em Teologia pela FABAPAR (2011). Tem experiência nas áreas de Jornalismo Econômico, Finanças Pessoais e Teologia Protestante. Coautor de livros nas áreas de Teologia Devocional e Finanças Pessoais. Vencedor dos prêmios de jornalismo Massey Ferguson (2005, pela série de reportagens O Fim de um Ciclo) e Esso (2004, categoria Regional Sul, pela reportagem Devorados pela Miséria). Finalista do Prêmio Jabuti de 2011, na categoria Didático e Paradidático, pela série Competências do Século 21, na qual foi responsável pelos textos de Finanças Pessoais e Educação para o Consumo. Membro do grupo de pesquisa JOR XXI. Professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Guarapuava-PR. Professor na FABAPAR.

<sup>2</sup> Doutor em Teologia pelo PPG das Faculdades EST de São Leopoldo/RS. Mestre em Ciências da Religião pela UEMSP de São Bernardo do Campo/SP. Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. Professor na Faculdade Cristã de Curitiba/PR. Professor na FABAPAR.



## ABSTRACT

This article proposes clarifying missionary and missional development, focusing on what we call the integrality of mission in its history, theology and practice. Has this movement benefited the Latin American church and society? If not then it deserves to be discarded and forgotten, but if so, then it deserves to be valued and practiced. The article is based on bibliographical research of Christian tradition. Among the different positions, a theology from the Catholic scene of the so-called liberation theology (TL), a political ideology partisan baptized by theology, or a biblical truth that permeates all his narrative. With humility the search for a historical, theological and praxis understanding of the integrality of the mission is presented, being of the natural character of *Missio Dei*, experienced and confirmed by the church throughout its history.

**Keywords:** Christology; Church; Integrality; Mission; Missional; *Missio Dei*; God's kingdom.

## INTRODUÇÃO

O que é uma profecia? O que se deve entender da palavra “profeta”?

Tais expressões, cujo uso foi alterado e transformado ao longo do tempo, são essenciais para um estudo a respeito da função dos líderes da igreja como porta-vozes da vontade de Deus nos dias atuais. De fato, hoje se entende um profeta como “indivíduo que prediz o futuro” ou ainda como “adivinho” (FERREIRA, 2004, P. 1637). Essa é uma definição de dicionário, amplamente aceita pela população em geral, inclusive por uma boa parcela daqueles que professam a fé cristã. Nas conversas entre cristãos, não é incomum ouvir que determinada pessoa tem uma “palavra profética” para outra, querendo com isso dizer que recebeu alguma revelação a respeito do futuro.



Essa não é, entretanto, uma definição correta da profecia bíblica – até porque ela vai contra a palavra do próprio Jesus, que, em Atos 1.8, repreende os discípulos que desejavam saber quando o reino de Israel seria restaurado: “Não lhes compete saber os tempos ou as datas que o Pai estabeleceu pela sua própria autoridade”.

Em vez de meros adivinhos, os profetas devem ser compreendidos como portadores de uma mensagem direta de Deus, motivada por eventos do tempo presente. Tal mensagem podia ser individual (normalmente destinada a um governante, como no caso da advertência de Natã a Davi, narrada em 2Samuel 12) ou a todo o povo (como em Jeremias 2, em que o profeta é instado a proclamar seu oráculo “aos ouvidos de Jerusalém”). Mesmo quando faziam vaticínios de destruição e morte, sua “previsão” era, muitas vezes, condicional: tais coisas ocorreriam caso as pessoas, destinatárias da mensagem, não mudassem seu comportamento (Jr 21.11 e 26.12,13; Os 14.1-9; Am 5.14,15; Jn 3.1-10, entre outras passagens). Era, portanto, uma mensagem moral mais do que uma previsão objetiva; antes um chamado ao arrependimento do que uma sentença de condenação.

## 1. QUEM ERAM E O QUE FAZIAM OS PROFETAS

Segundo Jörg Jeremias (1985, p. 184-185), duas tarefas cabiam, tradicionalmente, ao profeta – e podemos entendê-las como as duas formas de manifestação da atividade profética: o comissionamento de uma mensagem divina dirigida a outras pessoas e a capacidade de interceder em favor de terceiros. Essa função intercessória pode ser exemplificada pela oração de Elias pela chuva, descrita em 1Reis 18. 41-45.

As pessoas escolhidas para essas tarefas eram de variados perfis sócio-culturais. Isaías, por exemplo, era de Jerusalém e trabalhou na corte real. Miqueias vinha de uma cidade pequena, provavelmente sob domínio estrangeiro (Moresete-Gate, em



território filisteu). Amós era agricultor e não tinha qualquer relação anterior com o ofício profético, como fica claro no livro que leva seu nome (Am 7.14 e 15). O que os unia era uma moral elevada e o compromisso de desafiar o povo a buscar um padrão ético elevado, compatível com a Lei de Deus (como exemplos, pode-se citar Am 5.24 e Mq 6.8, entre outras passagens).

Sua atuação partia da constatação de que havia uma crise em curso. Não era necessariamente uma crise política ou econômica, embora essas condições pudessem estar associadas. Eram, na verdade, crises morais motivadas pelo desrespeito às regras ditadas por Deus. Eis um ponto de toque entre as profecias do Antigo Testamento e a realidade atual – crises morais continuam ocorrendo, e continuarão a existir enquanto a humanidade estiver sobre a face da Terra. Nas palavras de R. B. Y. Scott (1968, p. 25): “Os profetas de Israel podem tornar manifesta a realidade e natureza da nossa crise, mesmo quando falam da sua própria. Eles nos confrontam com a responsabilidade de decidir em resposta a Deus. Suas profecias expressam sua certeza moral e compreensão espiritual do *que será* por causa do *que é*, porque Javé e não outro deus é Senhor” (trechos em itálico no original).

## 2. AS FORMAS DE PROPAGAÇÃO DA MENSAGEM PROFÉTICA

Dentro do contexto deste trabalho, entretanto, é vital o entendimento do mecanismo de propagação da mensagem profética, incluindo os instrumentos usados e a forma como a população a absorvia e autenticava<sup>3</sup> – ou seja, os elementos de

---

<sup>3</sup> Sobre a natureza da profecia e os livros proféticos em si há uma vasta bibliografia capaz de orientar e esclarecer o pesquisador. Entre as obras de referência na área, além dos volumes já referenciados até agora, é possível citar SCHÖKEL, L. A. & SICRE, J. L. **Profetas**. São Paulo: Paulinas, 1988 (dois volumes).

A forma de revelação da mensagem profética, distinguindo os primitivos profetas extáticos daqueles “literários”, cuja obra nos é apresentada na Bíblia, é muito bem retratada por SICRE, J. L. **Profetismo em Israel. O profeta, os profetas, a mensagem**. Petrópolis: Vozes, 1996.



comunicação efetivamente usados pelos profetas em seu ofício. Passemos, então, a analisar os instrumentos usados na proclamação profética.

## 2.1 A mensagem oral

Havia duas formas de proclamação da mensagem, aquela baseada na oralidade e a dos atos simbólicos. O testemunho oral é claramente identificado nos relatos bíblicos, mediante o uso do que se convencionou chamar de “a fórmula do mensageiro”: *Assim diz o Senhor* (Coh ‘amar YHVH, segundo a transliteração do hebraico). Uma vez pronunciada tal introdução, desaparece do discurso o mensageiro. Este se torna apenas uma voz, que transmite o conteúdo literal e integral que lhe foi ditado pelo remetente. A regra é não acrescentar nem omitir coisa alguma, conforme ordena Dt 4.2 (a chamada “fórmula canônica”; a ordem é repetida, de modo explícito, ao profeta Jeremias em Jr 26.2). Para usar uma analogia contemporânea, é possível dizer que o profeta deveria agir como um aparelho de rádio – propagando a mensagem de Deus sem nela interferir.

Embora a fórmula do mensageiro seja lembrada com maior frequência no que se refere à proclamação dos profetas, ditos semelhantes aparecem não raramente no Antigo Testamento. Em Gênesis 32.4, por exemplo, Jacó orienta seus servos a passar um recado a seu irmão, Esaú, iniciando com: “Assim diz teu servo Jacó”. O mesmo ocorre em outros trechos, indicando tratar-se de um estilo de comunicação usado quando se pretende reproduzir com exatidão uma mensagem. É possível supor, então, que fosse este um modo de falar de embaixadores, representantes e mensageiros em geral em um ambiente não alfabetizado, no qual o recurso de escrever e selar uma carta, ainda que de próprio punho, teria pouca utilidade.

## 2.2 Os atos simbólicos

A segunda forma de proclamação é a dos atos simbólicos. Por meio deles, a ação dos profetas podia ser interpretada como



uma espécie de representação daquilo que estava ocorrendo ou viria a ocorrer com todo o povo. São dignos de nota os casos de Isaías, cujos filhos receberam nomes proféticos<sup>4</sup>, e de Oseias e sua esposa Gômer (Os 1.2,3) – ainda que, neste último caso, não haja consenso entre os comentaristas a respeito da narrativa, que pode ser entendida como uma visão ou mesmo como uma alegoria da relação entre Deus e o povo do reino de Israel<sup>5</sup>. Há vários outros exemplos, como a construção e destruição de uma maquete de Jerusalém, por Ezequiel (Ez 4.1-3), ou o caso de Jeremias, que escondeu entre as rochas um cinto de linho e voltou meses depois para resgatá-lo (Jr 13.1-11). Por meio dos atos simbólicos, é possível colocar os profetas do Antigo Testamento como pioneiro no uso de recursos audiovisuais para a transmissão da mensagem religiosa. A mesma mensagem pode ser transmitida das duas formas (oral e simbólica) e, quase sempre, é isso que se percebe nas narrativas proféticas. Entretanto, é provável que os atos simbólicos tivessem uma capacidade muito maior de atrair a atenção dos ouvintes, pela sua expressividade.

O uso de simbolismos tampouco é exclusividade do discurso profético. Georg Fohrer (1985, p.63) observa que a vida cotidiana dos israelitas incluía diversos níveis de atos simbólicos, vários deles com registros nas Escrituras. A narrativa, relativamente curta, do livro de Rute inclui pelo menos dois exemplos notáveis: o da capa, que deveria ser estendida sobre a personagem pelo seu resgatador (Rt 3.9); e o da sandália, que deveria ser descalçada e entregue a outra pessoa para formalizar a transferência de uma propriedade (conforme descreve Rt 4.7, numa curiosa digressão que indica

---

<sup>4</sup> Os filhos de Isaías, nomeados no livro, são Sear-Jasube, cujo nome significa “um remanescente voltará” (Is 7.3); e Maher-Shalal-Hash-Baz, ou “rapidamente até os despojos, agilmente até a pilhagem” (Is 8.4). O texto de Is 8.18 confirma que o projeto e sua família foram colocados como “sinais e símbolos” para Israel.

<sup>5</sup> Sobre as diferentes interpretações a respeito de Oseias e Gômer, ver HUBBARD, David A. **Oséias – introdução e comentário**. São Paulo: Edições Vida Nova, 2006, pp. 59-64. Observe-se que também os filhos de Oseias receberam nomes proféticos: Jezreel (“Deus semeia”, nome também do vale no qual ocorreram as mortes que levaram à ascensão de Jeú ao trono de Israel, Os 1.4), Lo-Ruama (“não amada” ou “desfavorecida”, em Os 1.6) e Lo-Ami (“não meu povo”, em 1.9).



estar o hábito em desuso no momento em que a narrativa foi formalizada por escrito).

Tais formas de proclamação, entretanto, também eram usadas por falsos profetas. A figura destes aparece com frequência no Antigo Testamento, e persiste mesmo após a vinda de Jesus. Em Jeremias 28 descreve-se uma altercação entre Jeremias e Hananias, apresentado como “profeta natural de Gibeom” (Jr 28.1), diante dos sacerdotes e do povo de Jerusalém. Hananias, usando a fórmula do mensageiro, diz que Deus lhe revelou que dali a dois anos os israelitas exilados seriam libertados. E quebra o jugo de madeira que havia sobre o pescoço de Jeremias, anunciando isso como ato simbólico da libertação dos cativos. Ao fim do capítulo, Jeremias prediz a morte do falso profeta. Ambos falavam e se comportavam como profetas. Em quem deveria, então, o povo confiar?

### **3. A VALIDAÇÃO DA MENSAGEM**

A primeira regra de aceitação a que deveriam ser submetidos profetas e profecias está descrita em Deuteronômio 13.1-3, parte dos livros aceitos pelos israelitas como a Lei de Moisés. Há duas condições impostas nesse trecho: a realização do “sinal ou prodígio” de que ele falou e a adoração somente a Deus. No caso da segunda condição, ela parece estar sendo cumprida por ambos – afinal, tanto Hananias quanto Jeremias dizem falar em nome de Deus. Mas a narrativa não deixa margem à dúvida, ao concluir com o cumprimento da profecia de Jeremias: “E o profeta Hananias morreu no sétimo mês daquele mesmo ano” (Jeremias 28.17). A simples sobrevivência dos escritos proféticos através dos séculos até o momento de sua canonização parece ser sinal claro de que os contemporâneos da mensagem a tiveram por verdadeira, no que foram seguidos pelas gerações posteriores.

Além dessa prerrogativa básica, havia certos traços comuns na “personalidade profética”, como define José Luis Sicre. Segundo ele, o profeta é



- uma pessoa cuja inspiração vem de um contato pessoal com Deus. Por isso, seus ensinamentos não se baseiam em documentos históricos ou na experiência humana, como ocorria com os sábios de sua terra. Sua única referência é a palavra que Deus lhe comunica – e cuja proclamação lhe é irresistível, ainda que, eventualmente, dela discorde (caso de Jonas) ou não a entenda (como ocorria com Jeremias, ver Jr 20.7-18);
- uma personalidade pública, já que a divulgação da mensagem que lhe foi confiada exige que esteja em contato com outras pessoas. Por isso ele tem conhecimento tanto das tramas palacianas quanto do descontentamento dos pobres. Raramente tem condições de isolar-se;
- um indivíduo sob constante ameaça. Pela dureza de sua mensagem, corre o risco de ser perseguido, encarcerado e morto pelas autoridades. Mesmo o povo pode vir a desprezá-lo. Além disso, raramente suas palavras são levadas a sério e postas em prática pela população.

É de se destacar que as três descrições enumeradas apontam para características extrínsecas ao indivíduo profeta. Com efeito, a inspiração lhe é externa, pois vem de Deus. Ele torna-se personagem público não por qualquer qualidade própria, mas pelas especificidades da mensagem que lhe foi confiada – se a mensagem é pública, o mensageiro deve estar em meio ao público. Por fim, as ameaças são resultado da impopularidade da mensagem, não da pessoa que a carrega.

Scott (1969, p. 99-100) cita três “testes” a que a palavra profética era submetida. O primeiro era o da clareza da mensagem, que deveria ser facilmente compreendida pelos ouvintes. O segundo era o “teste racional” – a coerência entre a mensagem divulgada pelo profeta e a vontade de Deus revelada ao longo da história de Israel. O terceiro teste era o do valor moral e da relevância imediata da mensagem. O mesmo autor observa que, possivelmente, o mensageiro poderia contar com





maior atenção de seu público se suas manifestações fossem acompanhadas de “êxtase ou qualquer comportamento extraordinário” que indicasse estar ele sob a ação do espírito. Tal comportamento, entretanto, “não fornecia um meio para distinguir entre vozes discordantes que professavam pronunciar a palavra divina”. “Em última análise, a palavra era autenticada por seu inerente valor e peso mais do que pelos sinais ou poder pessoal dos homens que a pronunciavam. Ela era estranha, desacostumada e, até mesmo, surpreendente. Vinha com um elemento novo, perturbador e criador, em dada situação, e confrontava os homens com a necessidade de uma decisão moral.”

Conclusão semelhante é obtida por Jeremias (1985, p. 192), para quem “a autoridade propriamente dita dos profetas clássicos de Israel consistia em confrontar Israel com a sua ruína decidida por Javé e eventualmente mostrar a um resto uma possível saída”. Tal autoridade era justamente o elemento essencial que discernia os profetas dos adivinhos.

Curiosamente, o estudo da personalidade dos profetas e dos seus métodos de proclamação parece indicar que sua mensagem não era sancionada como verdadeira por nenhum desses atributos. Em termos de discurso, a mensagem profética verdadeira e a falsa podem guardar grandes semelhanças – o texto, já citado, de Jeremias 28 é um belo exemplo disso. A autoridade da palavra era definida, basicamente, pelo fato de que 1) ela se realizava e 2) era coerente com aquilo que já se conhecia da vontade de Deus para seu povo, revelada ao longo da história. Importante sublinhar que se tratava de mensagem não genérica, mas claramente destinada àquela geração, àquele momento histórico específico – com suas crises e suas pressões de ordem moral, econômica e social.

## 4. JESUS COMO PROFETA

Até aqui se tratou da propagação da mensagem de Deus por parte dos profetas do Antigo Testamento. No período neotestamentário, obviamente, a figura central da proclamação é Jesus Cristo. Em seu ministério, Ele assume os três ofícios considerados fundamentais na vida do povo: os de profeta, sacerdote e rei (SEVERA, 2008, p. 239). Nesta seção será abordado o ofício profético.

Na época de Cristo, o profetismo era um fenômeno tido como encerrado em Israel (CULLMAN, 2001, p. 31). Subsistia, porém, como uma esperança alimentada por diversas mensagens do passado, notadamente aquela dada por Moisés e contida em Deuteronômio: “O SENHOR, o seu Deus, levantará do meio de seus próprios irmãos um profeta como eu; ouçam-no” (Dt 18.15). Tal promessa não havia se cumprido nos tempos antigos, conforme atesta também Dt 34.10-12. Assim, os israelitas continuavam a buscar esse profeta nos tempos de Jesus (STEWART, 1988, p. 56).

Era uma esperança *escatológica* porque, depois de um tão longo silêncio, cria-se num profeta especial, que viria nos últimos dias para cumprir toda profecia anterior. Essa crença apoiava-se em alguns relatos hoje considerados canônicos (como Jl 2. 28-32, que associa um momento especial da profecia com o Dia do Senhor e Mt 4.5, que prevê a volta do profeta Elias “antes do grande e temível dia do SENHOR”) e em outros, não canônicos<sup>6</sup>. A espera desse profeta especial caminhava paralelamente à esperança messiânica. Assim, ele poderia ser um precursor para a vinda do Messias ou para um juízo do próprio Deus (CULLMAN, 2001, p. 43).

É nesse contexto que deve ser entendido o questionamento feito a João Batista por um grupo de sacerdotes e levitas, conforme

---

<sup>6</sup> Cullman (2001, p. 37-38) cita Macabeus, Apocalipse de Baruque, O Testamento dos Doze Patriarcas, Comentário de Habacuque, Ascensão de Moisés e escritos rabínicos antigos.



relato de Jo 1.19-23. João Batista é o primeiro personagem neotestamentário identificável como profeta. Este, entretanto, nega ser o *Profeta* (Jo 1.11). Sua pregação enfatiza o fato de que outro viria, alguém de quem não seria digno “nem de levar as suas sandálias” (Mt 3.11, semelhantemente em Mc 1.7 e Lc 3.16).

Não resta dúvida, portanto, que o papel do profeta esperado coube a Jesus. O reconhecimento coube, inicialmente, ao próprio Batista (Mt 3.13, Jo 1.29-34), à sua comunidade de ouvintes (ou, ao menos, parte dela, conforme Jo 6.14, Lc 7.16, 9.7-9 e 9.19, Mt 16.14, Mc 6.14-16 e 8.28) e aos apóstolos (At 3.22,23 e 7.37).

De acordo com CULLMAN, as “funções” deste profeta escatológico seriam:

- revelar os últimos mistérios;
- restaurar a revelação tal qual Deus a havia dado na Lei de Moisés; e
- pregar uma mensagem especial: “sua pregação anuncia o fim do mundo; seu chamado ao arrependimento é a última oportunidade de salvação que Deus oferece aos homens. Sua aparição e sua pregação constituem, pois, um ato escatológico que se insere no grande drama final” (CULLMAN, 2001, p. 42-43).

Os textos do Novo Testamento apontam a Jesus, de fato, como o ponto central para discernir a mensagem verdadeira da falsa. “Amados, não creiam em qualquer espírito, mas examinem os espíritos para ver se eles procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo. Vocês podem reconhecer o Espírito de Deus deste modo: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne procede de Deus”, atesta 1Jo 4.1,2.

Como era o ensino e a proclamação de Jesus?

O evangelho de João a descreve como uma proclamação completa, como nunca havia ocorrido antes: “Ninguém jamais viu a Deus, mas o Deus unigênito, que está junto do Pai, o tornou conhecido” (Jo 1.18). Para Esequias Soares (2008, p. 103-106), o sermão profético de Mt 24 resume as credenciais de Jesus para o



ofício ao dar “um prenúncio e uma amostragem do que vem a ser a Grande Tribulação”.

Suas pregações usaram de diversos instrumentos. A oralidade era, de longe, a principal, com destaque para o emprego das parábolas. Havia ainda o uso de recursos visuais, como a figueira (Mt 21.18-22) e a moeda (Mt 22.19).

Cullman (2001, p. 67) destaca ainda a autoridade contida em outro discurso de Jesus, o Sermão do Monte: “(...) não é a de um profeta qualquer, mas a do profeta por excelência”. A tal ponto que a multidão ouve a série de observações iniciadas por “Mas eu vos digo”, que complementam a Lei de Moisés, e a aceitam. Mais do que isso, as pessoas admiravam-se e diziam que “ele as ensinava como quem tem autoridade, e não como os mestres da lei” (Mt 7. 29).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho enfocou a mensagem profética e a forma como esta era disseminada – ou seja, as suas formas ou linguagens. Resta claro, assim, que a essência da mensagem profética nos tempos veterotestamentárias era a exposição da vontade de Deus aplicada a um certo contexto dentro da vida de um povo e de suas autoridades. Em geral, tratava-se de apontar o erro e exortar ao arrependimento. O profeta apontava, ainda, as consequências de se manter no pecado. Isso tornava sua mensagem impopular, e não são poucos os relatos bíblicos de perseguição aos profetas.

Essa mensagem era propagada por meio da proclamação oral dos profetas e também de gestos ou atos simbólicos, de preferência executados diante da população. Esses atos simbólicos eram analogias e representações que permitiam ao profeta tornar concreta a sua mensagem. A mensagem era validada pela população através de um triplo teste: a clareza da mensagem, sua coerência com a história de Israel e com o que já se conhecia da Palavra de Deus, e, por último, o valor moral e a relevância da mensagem. Sobretudo, o povo esperava a realização da



mensagem, que poderia ou não ser acompanhada por outros sinais e maravilhas.

Por fim, tratou-se da pregação de Jesus como profeta – ou “o Profeta”, como as Escrituras o descrevem. Sua pregação profética, que se dava na “plenitude dos tempos”, conforme o relato bíblico, aponta para as coisas que hão de vir: tem um conteúdo essencialmente escatológico. Desta vez, o povo precisa se arrepender dos seus pecados porque “o Reino de Deus está próximo”. Demonstra-se, assim, uma evolução e uma confluência dos discursos proféticos em direção ao profeta perfeito, cuja vinda já havia sido anunciada por Moisés. Sua mensagem não está relacionada com eventos imediatos, mas com a realização final do juízo de Deus. Desta forma, pode-se considerar que os profetas, em sua proclamação, antecipavam o ofício de Cristo e preparavam os ouvintes para reconhecê-lo quando viesse. Mediante sua morte e ressurreição, Jesus realizou uma obra redentora, mas também um ato visível e profético que aponta para a possibilidade de salvação ao alcance de todo aquele que crê.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULLMAN, Oscar. **Cristologia do Novo Testamento**. São Paulo, Liber, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FOHRER, Georg. *O gênero dos relatos sobre atos simbólicos dos profetas*. In: **Profetismo – Coletânea de estudos**. São Leopoldo: Sinodal, 1985.

JEREMIAS, Jörg. *A autoridade dos profetas no Antigo Testamento*. In: **Profetismo – Coletânea de estudos**. São Leopoldo: Sinodal, 1985.

SCOTT, R. B. Y. **Os profetas de Israel** – nossos contemporâneos. São Paulo: Aste, 1968.



SEVERA, Zacarias de Aguiar. **Manual de Teologia Sistemática**. Curitiba: AD Santos, 2008.

SICRE, José Luis. **Los profetas de Israel y su mensaje**. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1986.

SOARES, Esequias. **Cristologia – A doutrina de Jesus Cristo**. São Paulo, Hagnos, 2008.

STEWART, Don. **101 perguntas que as pessoas mais fazem sobre Jesus**. Rio de Janeiro, JUERP, 1988.

